humidade permitido no café para exportação e as qualidades de café que poderão ser exportadas com destino aos diversos mercados.

Dos boletins e certificados

Art. 17.º O funcionário que proceder à classificação lavrará e assinará o respectivo boletim, onde exarará todos os resultados dos seus exames, bem como as indicações precisas para inteira identificação do lote classificado.

§ único. O boletim de classificação é um documento para uso interno da Junta e destina-se exclusivamente a servir de base à elaboração do certificado de origem e qualidade.

Art. 18.º Pela sede da Junta, suas delegações, subdelegações ou agências serão passados, de cada lote destinado a exportação, os respectivos certificados de origem e qualidade, os quais serão sempre autenticados com selo branco e mencionarão obrigatoriamente:

- 1 — A província ultramarina produtora;
- 2 — A região produtora (se for reconhecida);
- 3 — A origem botânica;
- 4 — O ano de colheita;
- 5 — A qualidade;
- 6 — A forma do grão (se for Moca);
- 7 — O tamanho do grão;
- 8 — As marcas e divisas;
- 9 — O número de referência do lote;
- 10 — O nome do exportador;
- 11 — O número de sacos;
- 12 — Os pesos do lote — bruto e líquido;
- 13 — O porto de embarque ou local de saída;
- 14 — O destino;
- 15 — O nome e nacionalidade do navio transportador ou, quando não for usada a via marítima, a indicação do meio de transporte.

Dos recursos e das reclamações

Art. 19.º Do certificado de origem e qualidade emitido poderá recorrer o exportador, requerendo ao delegado da Junta uma reclassificação. No pedido de reclassificação deverá especificar as características comerciais sobre as quais esta deve incidir, podendo ser-lhe facultado, para o efeito, o exame do boletim de classificação.

§ 1.º A reclassificação terá lugar na província ultramarina de origem; utilizar-se-á para ela a amostra n.º 3 e será feita por classificador diferente do que efectuou a classificação, com a assistência de um perito escolhido de lista triplíce apresentada anualmente pelo representante dos exportadores no conselho da Junta.

§ 2.º Sempre que a característica comercial em questão não possa ser rigorosamente classificada pelo simples exame da amostra ou esteja em causa a forma como esta foi colhida, proceder-se-á ao exame do próprio lote do café.

§ 3.º Do resultado da reclassificação lavrar-se-á acta assinada pelo classificador e pelo perito, a qual fundamentará a rectificação do boletim de classificação e do certificado de origem e qualidade, quando for caso disso.

§ 4.º Quando se verifique divergência inconciliável entre o classificador e o perito, proceder-se-á a classificação final, nos termos do artigo 20.º

Art. 20.º Da reclassificação efectuada na província ultramarina de origem haverá recurso para a sede da Junta, que julgará em última instância sobre a amostra n.º 4. Para esse efeito, será criada em Lisboa uma comissão de recurso, constituída por um classificador dos serviços da sede e por três peritos designados, res-

pectivamente, pelo representante dos exportadores, pelo representante dos importadores e pelo presidente da Junta, tendo este último perito voto de desempate.

Art. 21.º A Junta reunida em conselho poderá arbitrar todas as questões que lhe sejam submetidas, desde que as partes interessadas se declarem antecipadamente prontas a acatar e cumprir as decisões da sua arbitragem.

§ 1.º Nos casos de queixa ou reclamação de uma só das partes em causa, a Junta apreciará a questão, esforçando-se por conseguir um acordo ou solução amigável entre as partes.

§ 2.º Na impossibilidade de conseguir tal acordo, a Junta emitirá o seu parecer sobre o litígio, de forma a facilitar aos interessados a solução do assunto por intermédio das vias competentes, se o desejarem.

§ 3.º Se na apreciação do litígio a Junta verificar que a actuação de qualquer das partes foi contrária à boa ética comercial, ao bom nome dos exportadores portugueses ou ao prestígio do café português, poderá aplicar ao infractor as sanções que julgar convenientes e estiverem dentro da sua alçada.

Art. 22.º Por cada classificação efectuada a pedido do exportador é devida à Junta a taxa de 75\$, ou de \$30 por saco se o número de sacos do lote exceder duzentos e cinquenta.

As taxas de reclassificação na origem e da classificação final na sede serão, respectivamente, dupla e quádrupla da taxa da primeira classificação, mas somente serão devidas pelos exportadores que não obtenham o provimento dos respectivos recursos.

Disposições finais

Art. 23.º As omissões deste regulamento e as dúvidas que possam levantar-se quanto à sua interpretação, bem como as instruções complementares para a sua aplicação, serão decididas e fixadas por despacho ministerial, sobre informação ou proposta da presidência da Junta.

Art. 24.º O presente regulamento aplicar-se-á a todas as exportações de café a efectuar a partir do dia 1 de Outubro do corrente ano e revoga o que foi aprovado pela Portaria n.º 10 385, de 12 de Janeiro de 1945, bem como a Portaria n.º 15 913, de 19 de Julho de 1956.

Ministério do Ultramar, 31 de Agosto de 1959. — O Ministro do Ultramar, *Vasco Lopes Alves*.

Para ser publicado no *Boletim Oficial* de todas as províncias ultramarinas. — *Vasco Lopes Alves*.

Direcção-Geral do Ensino

Decreto n.º 42 481

Revelando-se manifestamente insuficiente para as necessidades do ensino o actual quadro de professores eventuais do magistério primário de Macau;

Atendendo ao que expôs o governador dessa província;

Ouvido o Conselho Ultramarino;

Usando da faculdade conferida pelo n.º 3.º do artigo 150.º da Constituição, o Ministro do Ultramar decreta e eu promulgo o seguinte:

Artigo 1.º É elevado a dez o número de professores do quadro do magistério primário eventual de Macau, a que se refere o artigo 34.º do Decreto n.º 41 115, de 17 de Maio de 1957.

§ único. O vencimento destes professores eventuais é o que estiver fixado para os professores do ensino

primário diplomados com menos de dez anos de serviço e com redução igual à referida no artigo 5.º do Decreto n.º 28 114, de 26 de Outubro de 1937, e no artigo 5.º do Decreto n.º 38 972, de 28 de Outubro de 1952.

Art. 2.º Os lugares de professor do magistério primário eventual de Macau criados por força do artigo anterior serão descritos no orçamento da província segundo a previsão da sua necessidade.

Publique-se e cumpra-se como nele se contém.

Paços do Governo da República, 31 de Agosto de 1959. — AMÉRICO DEUS RODRIGUES THOMAZ — António de Oliveira Salazar — Vasco Lopes Alves.

Para ser publicado no *Boletim Oficial* de Macau. — Vasco Lopes Alves.

Decreto n.º 42 482

Atendendo ao que representaram a Câmara Municipal, a Associação Comercial e alguns organismos corporativos da cidade de Benguela, no sentido de ser introduzido o ensino comercial na escola de ensino profissional ali já existente, por força do Decreto n.º 39 850, de 15 de Outubro de 1954;

Visto o parecer favorável do governador-geral da província;

Atendendo às circunstâncias de urgência previstas na alínea a) da base x, n.º iv, da Lei Orgânica do

Ultramar, pois se pretende providenciar em relação ao próximo ano lectivo;

Usando da faculdade conferida pelo § 1.º do artigo 150.º da Constituição, o Ministro do Ultramar decreta e eu promulgo o seguinte:

Artigo 1.º É dada a classificação de industrial e comercial à Escola Industrial de Benguela, criada pelo Decreto n.º 39 850, de 15 de Outubro de 1954.

Art. 2.º São aumentados os seguintes lugares aos quadros de professores e mestres do ensino profissional e comercial do ultramar com destino à Escola Industrial e Comercial de Benguela:

- a) Um professor efectivo de cada um dos seguintes grupos: 6.º, 7.º, 8.º, 9.º, 10.º e 11.º;
- b) Um professor adjunto do 6.º grupo;
- c) Um mestre de grafias e uma mestra de formação feminina.

Art. 3.º É autorizado o Governo-Geral de Angola a abrir, observadas as disposições legais aplicáveis, os créditos necessários para suportar os encargos criados pelo presente decreto, servindo de contrapartida disponibilidades ou recursos orçamentais.

Publique-se e cumpra-se como nele se contém.

Paços do Governo da República, 31 de Agosto de 1959. — AMÉRICO DEUS RODRIGUES THOMAZ — António de Oliveira Salazar — Vasco Lopes Alves.

Para ser publicado no *Boletim Oficial* de Angola. — Vasco Lopes Alves.